

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
Vol. 35 (4)

ACTAS VIII



1º CONGRESSO de ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1995

**1.º CONGRESSO DE
ARQUEOLOGIA PENINSULAR**

(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

A C T A S

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. VIII

FOZ CÔA: O ÓNUS DA PROVA*

por

José Mariano Gago**

Todos sabem a história. É aliás exemplar.

Era uma vez uma barragem em construção. Nesse rio encontra-se o que os arqueólogos de todo o mundo consideram ser o maior santuário de arte rupestre paleolítica, ao ar livre, do planeta. A completar-se, a barragem destruirá as gravuras que o tempo, espantosamente, conservou.

Barragem “versus” gravuras. Parece fácil? Portugal é realmente um extraordinário país: parece-lhe fácil. É só remover as gravuras. Para outro lado. Para debaixo de água. Para outra época: serão assim tão antigas? Para o futuro, porque não: afundam-se agora e daqui a cem anos lá estarão, desfeitas em lodo, pó de xisto, rastos. E mais: quem é essa gente que clama pelas gravuras? Arqueólogos?! Mas esses, não são eles juízes em causa própria? E que sabem de barragens para invocar o valor de um suspeito achado paleolítico? Que nos provem, sim, preto no branco, que as gravuras são mais importantes que a barragem! E já agora que nos provem também que a barragem não é precisa, para guardar água, para servir de moeda de troca com Espanha, para dar luz, sei lá, que eles, os rupestres, nos provem isso tudo e mais ainda...

Ouvimos a boca de um responsável gargalhar, contente, que rupestres eram os outros, os do partido adverso. “Rupestre” passou a ser, está visto, infamante: como bandido, ou pior. São castigos, estes senhores.

Portugal é mesmo extraordinário. Exemplo único de regressão dramática: os vindouros da arte rupestre não a conseguem perceber! Vinte mil anos depois, a civilização, pfff, barragem!

Não se trata de transformar em parque, para turistas medianamente cultos, o vale do Côa, não! Esse, afunde-se e já, e faça-se do resto todo, capital São Bento, faça-se do resto do país o Luna Parque dos Primitivos Portugueses, tipo

* Publicado no jornal *Público* de 28-06-1995.

** Professor do Instituto Superior Técnico.

Aldeia dos Macacos da Europa em grande e vivo e real, com governo, eleições, impostos, barragens e tudo!!! Que magnífico projecto! (Temo embora que não seja original e esteja quase pronto.)

Senhores! Tenham juízo! A quem cabe provar que a barragem é absolutamente indispensável, naquele exacto sítio, e agora? A quem cabe provar que o maior parque ao ar livre de arte rupestre do mundo não vale os benefícios de uma barragem no mesmo lugar? A quem cabe provar que o turismo no vale do Côa preservado rende menos, dá menos empregos, custa mais que a barragem destruidora disso tudo?

É aos arqueólogos que cabe provar isso, ou a quem defende a barragem? Quem chegou primeiro: o Paleolítico ou o Governo?

Tenham mas é juízo! Então acham normal enterrar-se meia centena de milhões de contos NOSSOS numa barragem sem nos provarem, preto no branco, a sua prioridade? Sem nos provarem que alagar o vale do Côa naquela imensa extensão não traz prejuízos maiores que as vantagens esperadas? A quem cabe a prova?

Como é possível uma empresa da importância da EDP não ter encontrado, cem vezes encontrado, achados daquela importância, quando andou a estudar o vale do Côa? Que estudos de impacto foram os seus?

Mas encontrou, dizem-me. Foi precisamente o estudo mandado fazer pela EDP que revelou as gravuras. É deveras extraordinário. E então porque começou a adjudicar obra, e a construir, depois desse achado? O estudo do impacto era um pró-forma? É possível uma grande empresa pública, responsável, não se ter imediatamente colocado na linha da frente do apoio à valorização do património que o acaso, ou a incúria de outros, colocou no seu caminho?

Mas foi o IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico), organismo oficial que nos representa na protecção do património, que, interrogado pela EDP, não reagiu, esqueceu, deixou andar, dois anos, dizem-me.

Talvez agora se perceba como o país absolutamente precisa de instituições públicas realmente independentes, competentes e em primeiro lugar responsáveis perante o seu próprio mandato, isto é, perante nós. Aquilo a que se chama “tutela” do Governo não pode querer dizer nem obediência nem demissão. Os organismos públicos cujo mandato é a defesa competente, num domínio de especialidade, do interesse público existem para ter personalidade e princípios deontológicos firmes. As suas leis orgânicas, o estatuto do seu pessoal dirigente, os mecanismos independentes de avaliação a que se devem sujeitar, são elementos que, ao contrário do que hoje se passa, deverão convergir na garantia dessa independência e competência, fontes da confiança que desejamos ter nas instituições sérias.

Mas é razoável, sendo as coisas o que são, e o IPPAR o que não é, aceitar-

mos que a EDP, como Pilatos do Côa, nas faltas dos outros lave as suas mãos? Desde quando não têm as empresas, públicas ou privadas, responsabilidades sociais? É porventura normal que uma grande empresa responsável ajude a alimentar na opinião pública esta ideia assassina de que engenharia é incultura e destruição?

É porventura normal defender-se (noutro extremo) que o fanatismo da “conservação” é um valor decente e civilizado, a brandir contra a acção transformadora das sociedades humanas, de que a engenharia é porventura um dos mais significativos expoentes?

Nas coisas da razão, a revolta é má conselheira. Sobretudo quando tem razão. A responsabilidade primeira da onda emocional que, a propósito de Foz Côa, diminui e achincalha a engenharia está, parece-me, na instituição que primeiro a diminuiu e reduziu à noção primitiva de obra de cimento, e lhe pretendeu retirar o sentido social: a empresa Pública, ou o Governo, ou ambos, ou simplesmente o desconcerto novo-rico da época que está agora a findar.

A arte não se opõe à engenharia. A engenharia não se opõe à história, muito menos à civilização. Engenharia é também arte e história e civilização.

É óbvio que a barragem se não pode fazer ali. É pelo menos certo, se preferirem, que aquela barragem não se pode fazer ali, agora. Porquê?

Porque quem defende a construção não provou ainda nada, a não ser que se tinha, infelizmente, procedido mal. Não provou que não existem alternativas viáveis. Não provou o valor dos objectivos a alcançar. Não provou, enfim, e por aí deveria sempre ter começado antes de qualquer adjudicação de obra, e da criação de expectativas de mercado a outras empresas, não provou que assegura cabal e integralmente a salvaguarda do parque rupestre do Côa.

Por que razão isto não foi óbvio desde o princípio? Então submerge-se um vale e não se vai inventariar, antes mesmo de qualquer projecto de obra, o património que lá está? E antes de inventariado e avaliado, começa-se a construir? E depois de inventariado ainda se mantém a intenção original? Porquê? A quem compete provar a necessidade da barragem, e, em caso de necessidade, as alternativas?

A quem aproveita a negligência? Quem nos reembolsará dos prejuízos de ter iniciado uma obra impossível? E o Estado? Onde está a organização dinamizadora dos estudos arqueológicos? Quem, no papel, é responsável pelo património arqueológico nacional tem os meios para exercer essa responsabilidade?

E a universidade? Que consciência colectiva é a sua e que responsabilidade moral assumem, nesta emergência, os seus órgãos científicos?

Senhores! Metam a mão nessa coisa negra e rota a quem os antigos (esses tontos!) chamavam consciência e respondam: quem tem de provar o quê? São as pessoas do Paleolítico, os nossos mais que tetra-avós, quem tem de explicar por que razão tentavam, pelo meio de uma vida material duríssima, pensar, sentir,

construir símbolos vivos da ascensão humana?

É a civilização porventura que tem de se explicar aos vindouros?

Matem-na! Matem essa civilização tão crédula que foi num futuro melhor! Descendência desta é melhor não ter avós. Ter nascido do nada, sem história, nem futuro, nem ideais alguns.

Portugal rupestre, gravado no Côa, gente do nosso antigo sangue, perdoai-lhes: eles não sabem o que fazem.

RIO CÔA: UM ESPAÇO NATURAL MONUMENTALIZADO*

por

Vítor Oliveira Jorge

Os anos 80 e 90 do nosso século poderão ficar marcados por um significativo passo em frente na nossa compreensão das “origens da arte”. *Pela primeira vez na história, percebeu-se que as comunidades de caçadores-recolectores do Paleolítico Superior (de há 30.000 até há 10.000 anos) eram capazes de organizar simbolicamente paisagens inteiras, e não apenas lugares circunscritos e obscuros como as cavernas.* Mas essa percepção só se tornou clara nos últimos meses, quando o rio Côa, no NE de Portugal, se revelou como um complexo enorme de gravuras, que se estendem, pelo menos, por 10 km. daquele rio, e onde a relação entre as figuras e a envolvência paisagística é evidente. Por isso esta revolucionária descoberta, de consequências científicas ainda imprevisíveis, se pode considerar como uma das mais importantes do séc. XX, a nível da Arqueologia mundial. *E, em termos de património histórico-cultural, o rio Côa é certamente, neste momento, uma das nossas riquezas mais importantes, se não mesmo a mais importante.* Ou, se quisermos utilizar uma linguagem turística, é um dos poucos “produtos” que podemos oferecer que mais ninguém, no mundo, possui. Portugal, que em termos de património tem sido, até hoje, bem mais pobre do que países vizinhos como a Espanha, França, ou Itália, dispõe agora, com a possibilidade de afastamento do fantasma da barragem, e da criação do Parque Arqueológico do Côa, da sua oportunidade histórica de ser um centro, em lugar de uma margem, neste domínio. Um pólo de atracção turística mundial, desde que dotado de meios para o efeito, como noutros lados acontece. Infraestruturas e pessoal adequado serão imprescindíveis para assegurar o tratamento e a manutenção desta enorme riqueza potenciadora de desenvolvimento local, desde que bem gerida.

* Texto apresentado oralmente ao “Forum do Côa”, realizado na Aula Magna da Reitoria da U.L., em 01-07-95.